

ATA DA XX REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE REABERTURA DA RODOVIA BR-319

No dia **09 de dezembro de 2019**, às 9h15min, no edifício anexo da Procuradoria da República do Amazonas, foi iniciada a **XX Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Discussão sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319**, com a participação das pessoas que assinaram a lista de presença em anexo.

Aberta a reunião pelo **Dr. Rafael da Silva Rocha**, Procurador da República que, na condição de anfitrião e moderador do Fórum, saudou a todos os presentes.

O **Dr. Rafael** rememorou que preparou uma sugestão de pauta, enviada ao grupo de Whatsapp do Fórum, contendo o seguinte: **a)** informes do DNIT, IBAMA e SEMA; **b)** apresentação da palestra do Dr. Thiago Cavalli e da Dra. Heidy Nogueira, com o tema “Construindo a Rede Transdisciplinar da Amazônia - BR-319”; **c)** manifestação da plenária, disponibilizando-se o tempo de 5 minutos para cada intervenção (momento em que sugeriu como objeto da discussão, sem prejuízo de outras pautas, o planejamento do Fórum para 2020); **d)** considerações finais e encaminhamentos.

I. Informes:

a) O **Dr. Carlos Eduardo**, do DNIT, cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade de participar da mesa e ressaltou a importância do trabalho que o Fórum vem realizando.

Quanto aos informes do DNIT, disse que os trabalhos de estudo ambiental estão em andamento e que o EIA/RIMA complementar continua em análise na diretoria ambiental. Ressaltou que esse estudo não foi recepcionado integralmente, pois a empresa continua em discussão com a diretoria ambiental do DNIT quanto aos seus termos. Entretanto, enfatizou que está sendo seguido o cronograma que foi apresentado ao Fórum, de modo a se obter o licenciamento prévio em 2020 e a licença de instalação em 2021.

Em relação ao lote C da rodovia, acentuou que o DNIT está analisando a parte final do projeto apresentado pela empresa responsável, de modo que no primeiro semestre de 2020 seja dado início à repavimentação desse trecho, que já possui licença ambiental.

Ressaltou que, conforme sugestão dada na última reunião do Fórum da BR-319, elaborou um painel, que será apresentado nesta reunião, contendo os segmentos da BR-319.

Ao final, ressaltou novamente a importância do evento e a felicidade em poder participar dele.

b) A **Dra. Luizete Maia**, Analista Ambiental do IBAMA, disse que, embora não tenha combinado com o Dr. Carlos Eduardo, também preparou uma ilustração que mostra a segmentação da rodovia, o estado em que se encontram os processos no IBAMA e os respectivos responsáveis pela sua condução.

Agradeceu a oportunidade de poder participar do evento, evidenciou sua importância e destacou que adquire mais conhecimento a cada reunião.

c) O **Dr. Kleber Bechara**, chefe do DEMUC/SEMA, cumprimentou a todos os presentes. Em seus informes, disse que a barreira da ADAF em cooperação com a SEMA já está pronta, somente aguardando a autorização do DNIT para que seja implantada no local.

Com relação ao plano de governança que foi apresentado há três reuniões, sugeriu criar um grupo de trabalho como estratégia de comunicação. Ressaltou que esse grupo definiria quais as estratégias e ações que seriam adotadas para efetivar essa governança. Destacou que a comunicação entre os diferentes órgãos, como Embratel, SEMA, DNIT e Rádios Comunitárias, é de fundamental importância.

Citou como exemplo a possibilidade de a rádio comunitária difundir educação ambiental, informações de utilidade pública, entre outras ações de governança.

Com relação à sinalização das UC's, disse que está sendo desenvolvido um projeto em relação à sua identidade visual, defendendo o início do processo de sinalização independentemente do asfaltamento.

Quanto aos portais, frisou que, conforme comentado na última reunião, a responsabilidade está a cargo do DNIT. Nesse momento, o Dr. Carlos Eduardo informou que, na próxima semana, serão realizadas algumas tratativas com a SEMA para essa implantação.

II. Apresentação dos painéis e palestras:

1. Carlos Eduardo (slides em anexo)

O **Dr. Carlos Eduardo**, do DNIT, apresentou um painel contendo a divisão territorial da rodovia. Na ocasião, também falou sobre as licenças ambientais de cada trecho e o processo licitatório para a repavimentação.

O **Dr. Akis** perguntou se a ponte do Igapó-Açu entraria naquele projeto licitatório, cuja previsão de início de execução é em 2020. Em resposta, o **Dr. Carlos Eduardo** disse que não, que essa ponte faz parte de outro processo licitatório, notadamente do projeto básico-executivo, que ainda está em andamento.

2. Luizete Maia (slides em anexo)

A **Dr. Luizete Maia**, do IBAMA, inicialmente explicou como funciona o processo de licenciamento ambiental dentro do órgão. Apresentou o histórico do processo de licenciamento da BR até o cenário atual. Apresentou, também, um painel contendo os segmentos da rodovia, os processos de licenciamento de cada trecho, em que momentos estão esses processos e quem são os responsáveis por eles.

Ao final da apresentação da Dra. Luizete, a **Dra. Dionéia Ferreira** perguntou o que seria necessário para que a manutenção do trecho do lote C, que fica há quase 10 km do Igapó-Açu, fosse até esta comunidade. Em resposta, a **Dra. Luizete** disse que esse questionamento já teria sido feito formalmente pelo DNIT e que, à época, foi editada uma nota técnica esclarecendo os motivos que impedem a extensão do trecho a ser beneficiado. Destacou que disponibilizará essa nota no grupo do Fórum e que, se necessário, na próxima reunião poderia explicar com mais detalhes esse impedimento.

O **Dr. André Marcílio**, presidente da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319, perguntou à Dra. Luizete se foi a partir do Termo de Ajustamento de Conduta realizado entre o DNIT e o IBAMA, em 2006 ou 2007, que passaram a existir tratativas quanto às questões ambientais da região.

A Dra. Luizete explicou novamente o motivo de o trecho do meio ter sido destacado para que seja feito um EIA/RIMA específico. Disse que a decisão de segmentação, naquela época, teve por base um parecer técnico que demonstrava a restauração da vegetação, de modo a sugerir o estudo aprofundado.

O **Dr. Vanildo** se manifestou dizendo que sentiu falta, na apresentação, do estudo do componente indígena. Em resposta, o **Dr. Carlos Eduardo** disse que o estudo desse componente já foi realizado em duas etnias, que esse trabalho está sincronizado com o EIA/RIMA complementar. Ressaltou que esses estudos estão em análise pelo DNIT, encontrando-se em fase de relatório preliminar.

3. Palestra do Dr. Thiago Cavalli e Dra. Heidy Nogueira (slides em anexo)

O Dr. Thiago Cavalli e a Dra. Heidy Nogueira apresentaram uma palestra com o seguinte tema: ***Construindo a Rede Transdisciplinar da Amazônia - BR-319.***

Ao final da apresentação, o **Dr. Rafael** observou que a relação entre a RETA e o Fórum não é de substituição ou continuidade. Ressaltou que o Fórum é uma instância da RETA. Isso porque a RETA trabalha em questões bem mais abrangentes do que as discutidas no Fórum, ocasião em que chamou o Fórum de “face visível da RETA”.

O **Dr. Kleber Bechara** disse que, observando a palestra da Rede, percebeu que nela existe um projeto que visa melhorar a agricultura familiar, bem como combater o incêndio florestal. Perguntou como poderia ser feito um intercâmbio entre a RETA e a SEMA com a finalidade de combater as queimadas na Amazônia. Em resposta, o **Dr. Thiago** disse que esse projeto possui uma metodologia bastante simples, que tem funcionado bem e já está em fase de execução por aproximadamente 12 agricultores, pontuando que poderiam conversar como funcionaria esse apoio.

III. Debates:

III.I) 1º Bloco

O **Dr. Juarez Baldoíno**, Amazonólogo, cumprimentou a todos os presentes. Perguntou, ao Dr. Thiago, como funciona o projeto de enfrentamento dos impactos ambientais no interflúvio Purus-Madeira.

O **Dr. Flávio**, representante da OAB/AM, cumprimentou a todos os presentes e parabenizou os integrantes de Casa do Rio e da RETA. Destacou que essa movimentação popular é bem-vinda. Relembrou como conheceu o Dr. Thiago e o parabenizou pelo trabalho que vem desenvolvendo.

O **Dr. Vanildo**, do CIMI, defendeu que é necessário dedicar um tempo para que tratem sobre os povos indígenas que são impactados com essa futura repavimentação, sugerindo a criação de uma comissão com tal finalidade. Disse que, caso isso não ocorra, pode existir mais uma judicialização e a consequente suspensão desse empreendimento.

A **Dra. Dionéia**, da FGV, ressaltou que há instituições que estão efetivamente empenhadas com a rede, com pessoas trabalhando até mesmo voluntariamente. De outro lado, disse que também existem instituições que ainda não se encontraram nesse cenário, de modo que sugeriu, a cada instituição, fazer uma autoanálise de seu papel na rede.

Quanto às mudanças climáticas no interflúvio Purus-Madeira, fez uma lembrança do trabalho desenvolvido na época em que esteve na SEMA, nos anos de 2010/2011.

O **Dr. Angel Souza**, professor na comunidade do Igapó-Açu, direcionou sua pergunta ao Dr. Carlos Eduardo e ao Dr. Kleber. Disse que soube que a empresa que fazia a manutenção na rodovia perdeu a licitação e que existem condicionantes que devem ser observadas pela nova empresa. Perguntou se essa nova empresa respeitaria essas condicionantes, se haveria a mesma parceria que existia entre a comunidade e a empresa anterior e se a SEMA cobrará esse apoio.

O **Dr. André Marcílio**, presidente da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319, perguntou ao Dr. Rafael se houve algum retorno dos municípios quanto aos processos da governança dos portais, momento em que o Dr. Rafael prontamente respondeu que não houve nenhum retorno.

Em relação ao DNIT, o Dr. André perguntou se havia algum segmento do trecho do meio sem licitação e disse que sabe que existem alguns com a mão de obra reduzida.

Fez um agradecimento a SEMA, especialmente ao Dr. Diego e ao Dr. Kleber, por ter convidado a associação para fazer parte do conselho da RDS Igapó-Açu.

Ao final de sua participação no primeiro bloco, falou sobre os projetos que a associação vem desempenhando, dentre eles o Projeto de Sintropia.

O **Dr. Thiago**, em resposta ao Dr. Juarez, disse que na época foi diagnosticado que a calha do Rio Madeira sofreria 50% a mais do que as calhas dos outros rios do Amazonas. Com base nisso, começaram a desenvolver pequenos projetos para combater queimadas, desmatamentos, entre outras questões ambientais. Destacou que um desses projetos era o de agroecologia e que, em 2016, mandaram algumas pessoas para o sul do Brasil para aprender como os agricultores estavam lidando com as queimadas e as mudanças climáticas. Disse que o que foi aprendido está sendo aplicado aqui e sendo adaptado à realidade local.

Destacou que a sintropia, comentada pelo Dr. André, foi trazida por uma das pessoas que passaram por esse processo de capacitação.

Encerrando sua fala, o **Dr. Thiago** evidenciou que o papel desse trabalho é trazer soluções para os problemas locais de forma sustentável. Falou, também, sobre o projeto Pedagogia da Floresta, que ensina educação ambiental às crianças.

O **Dr. Rafael**, antes de passar a palavra ao Dr. Carlos Eduardo, perguntou a posição atual do DNIT quanto à realização da consulta de forma independente do estudo do componente indígena, de acordo com o previsto na Convenção 169 da OIT.

O **Dr. Carlos Eduardo**, em resposta, disse que vem seguindo o que foi proposto pela FUNAI. Ressaltou que a empresa responsável pelos estudos está realizando essas consultas.

Em resposta ao Dr. Angel, o Dr. Carlos disse que toda vez que uma empresa vai começar um empreendimento, em especial na BR-319, são feitas reuniões antes do início. Isso visa esclarecer como funciona a prestação do serviço e o apoio que deve ser dado à população local. Na ocasião, destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo consórcio ambiental na supervisão, gerenciamento ambiental e educação ambiental, inclusive com a participação da PRF.

Em resposta ao Dr. André Marcílio, disse que o contrato chegou ao seu termo final, estando em fase de mudança de empresa, deixando claro o intuito de manter a trafegabilidade do trecho.

O **Dr. Kleber Bechara**, em complementação à fala do Dr. Carlos Eduardo, disse que é mérito do Fórum a proximidade que existe hoje entre DNIT e SEMA. Reforçou as falas anteriores no sentido de que a nova empresa responsável pela manutenção da estrada deve manter o apoio prestado à população.

Quanto ao interflúvio, o Dr. Kleber disse que a RDS Piagaçu-Purus e RDS Rio Madeira foram incluídos no mosaico da BR-319.

Antes de iniciar o próximo bloco, o **Dr. Rafael** fez uma observação quanto aos participantes tanto da RETA quanto do Fórum. Disse que existem diferentes pessoas atuantes, órgãos públicos, sociedade civil organizada, empresas, pessoas interessadas no tema e pessoas que são impactadas diretamente com a repavimentação da rodovia, notadamente as pessoas que moram nela. Ressaltou que é natural que as pessoas que moram ao longo da rodovia tenham protagonismo nesse ambiente, pois convivem direta e diariamente com as mazelas da estrada. Salientou, sem desmerecer eventuais intermediários, a importância da participação direta da população envolvida, sendo fundamental que elas digam quais são suas expectativas, interesses e anseios. Dito isto, parabenizou, agradeceu e encorajou essas pessoas a participarem cada vez mais do Fórum.

III.II) 2º Bloco

A **Dra. Neli**, da comunidade São João, no Km 82 da BR, saudou a todos os presentes. Defendeu a pavimentação da BR, que servirá tanto para escoamento de produtos quanto para acesso dos comunitários.

Ressaltou que os moradores da comunidade possuem receios com relação à segurança e à questão fundiária. Disse que, desde 2013, existe um processo que versa sobre usucapião, comentando que o defensor público havia pedido 60 dias para dar um parecer sobre essa forma de aquisição da propriedade. Lamentou, no entanto, que esse prazo tenha encerrado sem que fosse obtida nenhuma resposta da Defensoria Pública.

Nesse sentido, comentou que, em conversa com a FGV, foi orientada a levar essa situação ao conhecimento do Ministério Público. Disse que o fato de não haver a documentação da terra ocasiona muita insegurança e que existem pessoas que não moram na comunidade e enviam outras para ocuparem suas terras. Além disso, ressaltou que, em alguns casos, são pessoas que possuem pendências com o sistema criminal, complementando com a informação de que já houve duas mortes, nesse ano, em virtude de conflitos fundiários.

O **Dr. José Pedro**, da Comunidade Floresta, destacou a necessidade de manutenção dos ramais que margeiam a BR. Salientou que, em época de inverno, o trânsito se torna muito difícil, impedindo alunos e moradores de se locomover. Falou que os alimentos produzidos pelos agricultores às vezes se perdem, pois não há como fazer o escoamento da produção.

O **Dr. João Wilson** saudou a todos os presentes. Disse que representa uma associação que engloba 10 comunidades e que existem mais de 500 famílias na região. Manifestou a preocupação dos comunitários com as questões de segurança, fundiária e ambiental. Reforçou o argumento do Dr. José Pedro, no sentido de que é necessário pavimentar os ramais que ligam as comunidades à BR-319, defendendo que o escoamento da produção proporcionará uma vida mais digna para aquelas pessoas. Ao final, agradeceu a oportunidade de poder participar do Fórum e manifestar os anseios da população, reforçando a importância de a população se organizar em associações para levar a conhecimento do poder público as suas reais necessidades.

A **Dra. Jolêmia**, em sua participação, saudou a todos e ressaltou sobre a importância do Fórum. Falou sobre a transdisciplinaridade da RETA e comentou que gostou da fala do Dr. Kleber, concordando com a criação de grupos de trabalho. Fez um convite para que as pessoas que ainda não se sentem parte da RETA a conheçam e passem a participar de suas atividades.

Quanto à necessidade de atenção às questões ambientais, citou o exemplo do Rio Manicoré, cuja região está em processo de criação de uma unidade de conservação, mas que é objeto de retirada de madeira, notadamente nesses últimos tempos.

Defendeu que seria válida a discussão, dentro do Fórum, do que seria a percepção sobre desenvolvimento para as comunidades tradicionais e indígenas. Ao final, agradeceu a oportunidade de participar da reunião.

O **Dr. Marcos**, professor da UFAM, pediu ao Dr. Carlos Eduardo um esclarecimento acerca da situação do trecho do Km 13 até o 192. Disse que existiam dois contratos de restauração para esse trecho e que, salvo engano, um deles já havia sido encerrado em outubro e o outro se encerraria em dezembro.

Quanto ao trecho do km 198 ao 250, perguntou em que fase se encontra o contrato e quando será o início da prestação dos serviços.

Perguntou, também, acerca da questão da consulta prevista na Convenção 169 da OIT. Disse que, pela fala do Dr. Eduardo, entendeu que o empreendedor está considerando que, dentro do estudo do componente indígena, está contemplada a consulta prevista na convenção. Sugeriu ao DNIT levar ao Fórum a metodologia que está sendo empregada nesse estudo, pois o MPF já foi claro em dizer que são duas coisas distintas.

Destacou a importância da RETA, da Casa do Rio e da Associação dos Amigos e Defensores da BR-319 no estímulo ao exercício da cidadania.

Antes de passar a palavra ao Dr. Flávio, o Dr. Rafael apresentou o Dr. Fernando Merloto Soave, esclareceu que o Dr. Fernando é o titular do ofício indígena da Procuradoria do Amazonas, sendo o Procurador natural para tratar dessa temática.

O **Dr. Flávio**, em sua fala, ressaltou que há dispositivos da Convenção 169 da OIT que tratam da autonomia das comunidades indígenas e das demais pessoas que vivem em comunidades ao longo da área afetada. Ressaltou que essa autonomia mais parece ser tratada como soberania. Disse que a decisão quanto ao número de comunidades que devem ser ouvidas deve ter bom senso, para que não se perca em um número que inviabilize a própria repavimentação. Defendeu que discutir administrativamente sobre o projeto é melhor do que a opção pela sua judicialização.

Ao retornar a palavra para a mesa, o **Dr. Fernando Soave** explicou ser o Procurador da República que trata das matérias sobre indígenas, populações tradicionais e quilombolas. Inicialmente, disse que talvez seja um dos procuradores que menos judicializa os problemas enfrentados e ressaltou que acredita que o diálogo seja o melhor caminho para todas as partes.

Citou um caso que, infelizmente, não se resolveu na conversa, que foi o caso do potássio em Autazes-AM, no qual houve judicialização.

Disse que, comparando com outros casos (como os de empreendimentos minerários), acredita que seja mais fácil de acontecer uma consulta na BR-319, pois todos a querem. Mas complementou dizendo que a grande questão está em como será realizada essa consulta, garantindo-se que as populações diretamente impactadas sejam consideradas e envolvidas na discussão do projeto. Explicou que a consulta não é simplesmente uma audiência pública. Informou que esse procedimento deve ser prévio, livre, informado e de boa-fé, o que o torna, basicamente, um diálogo com essas populações.

Citou como exemplo a BR-174, disse que o governo não consultou a população envolvida, resultando em mais de 2.000 (dois mil) Waimiris mortos.

Ressaltou que a ideia da consulta é deixar em pé de igualdade as populações e o governo.

Mencionou que a normativa em que o governo se baseia não é a convenção 169, nem o art. 231 da Constituição, esclarecendo que o governo se baseia na Portaria 60/2015, que é muito frágil e tem por base somente uma quilometragem. Para esclarecer o erro em se pré-fixar uma quilometragem a ser abrangida pela consulta, sem se analisar caso a caso, citou como exemplos os casos de Brumadinho e de Mariana, que seguiram os mesmos moldes que querem implementar na BR-319.

Falou que, para quem tiver curiosidade, encontram-se disponíveis na internet alguns protocolos de consulta que foram elaborados por diferentes povos, como o povo Waimiri (cujo documento pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/protocolo-de-consulta-waimiri-atroari/>). Disse que, nesses protocolos, os povos explicam como gostariam de ser consultados.

Acrescentou que acredita que o governo já aprendeu que é melhor ouvir a população antes de tomar alguma decisão. Disse que esse entendimento é melhor do que a discussão ficar se arrastando judicialmente por anos.

Quanto ao cenário atual, informou que diversos órgãos já foram oficiados para esclarecer se foram feitas consultas e solicitando que as comunidades fossem inseridas na discussão. Disse que tem conhecimento de que alguns extrativistas, por exemplo, ainda não possuíam conhecimento sobre o que está sendo discutido.

Reafirmou ser mais vantajoso o diálogo como meio de solução de eventuais obstáculos, sendo mais rápido e simples que o governo realize efetivamente a consulta. Finalizou dizendo que, mesmo que essa consulta tenha uma resposta negativa, é mais fácil para o governo trabalhar para solucionar essa resposta negativa do que ficar discutindo judicialmente sobre a realização ou não da consulta.

O **Dr. Rafael** comentou que, observando as falas da Dra. Neli, do Dr. José Pedro e do Dr. João Wilson, gostou da expressão que eles utilizaram: *“olhar com carinho para a questão da BR-319”*. Reconheceu que o Estado brasileiro é muito ausente e que na Amazônia essa ausência é ainda mais acentuada. Destacou que é necessário que todos trabalhem de maneira eficiente, fazendo o máximo possível com os recursos que possuem. Entretanto, disse que às vezes isso não é suficiente, momento em que surge a necessidade de se utilizar a expressão *“olhar carinhosamente”*, de maneira que o território da BR-319 seja encarado como prioritário. Defendeu que essa prioridade advém do fato de que a rodovia aumentará o fluxo de pessoas, resolvendo problemas, mas criando outros tantos.

Ressaltou que o papel do Ministério Público não é o de prover as políticas públicas, mas, sim, cobrá-las e fiscalizá-las. Rememorando o que já foi dito pelo Dr. Fernando, ressaltou que o MPF não fará a consulta, somente atuará como fiscal dessa atividade.

Em relação ao que foi dito pelo Dr. José Pedro, o membro do MPF informou que será dada atenção especial ao ramal do Floresta e que cobrará a atuação do Incra.

Sobre a questão da regularização fundiária, observada pela Dra. Neli, disse que não se posicionará neste momento, pois ainda não tem elementos suficientes aptos a dar certeza acerca da atribuição, ou não, do MPF. Entretanto, ressaltou que há um ofício que trata dessas questões, o 14º Ofício da PR/AM, e que seria interessante marcar uma reunião lá para explicar o caso para a Procuradora responsável.

Complementou a fala do Dr. João Wilson, dizendo que é interessante que seja evitada a ocorrência de danos e que sejam mitigados aqueles que forem inevitáveis. Citou, como exemplo, o ordenamento fundiário como um instrumento de desestímulo à invasão de terras, e ponderou que não se deve esperar até que ocorra o problema para, só então, dar início às medidas necessárias para a sua regularização, indenização ou mitigação.

III.III) 3º Bloco

O **Dr. Vanildo**, citando a fala do Dr. Fernando, disse que ficou claro que a questão do componente indígena requer atenção iminente, devendo o governo fazer as consultas o quanto antes. Evidenciou que não pode ser feita confusão acerca do que diz a legislação, de modo que a deturpe e introduza-se uma interpretação equivocada da Convenção 169.

O **Dr. André Marcílio** pediu para compartilhar um documento, fornecido pelo superintendente do DNIT, o qual atesta que a FUNAI, ao ser questionada pelo DNIT quais e quantas comunidades indígenas deveriam ser ouvidas, mantém posição contraditória, variando entre 5 e 40 comunidades.

O **Dr. Antônio Mário**, da RDS Rio Amapá, deu especial ênfase ao ramal 464, o qual tem acesso ao trecho do meio, à RDS Rio Amapá, ao Parque Matupiri e ao município de Manicoré. Disse que não há manutenção nesse ramal há mais de 2 anos e que as pessoas que moram lá precisam ser lembradas.

O **Dr. Diego Morgado**, gestor da RDS Igapó-Açu, enalteceu as parcerias que possui com a RETA, a Casa do Rio, a SEMA, o DNIT, a FGV, entre outros.

O **Dr. Alciney**, coordenador de assentamento do Incra em Manicoré, saudou a todos. Disse que era um prazer participar do evento. Esclareceu que o Incra está ausente também na unidade de Manicoré. Concordou com a fala de todos, dizendo que o asfaltamento dos ramais que ligam Manicoré à BR trará melhoria tanto no escoamento de produção quanto no deslocamento dos povos tradicionais. Disse que estão postulando, junto ao Incra, para que os ajudem no escoamento da produção no verão. Ressaltou que o Idam está ajudando com a regularização da documentação dos produtores para que tenham acesso a crédito.

O **Dr. Jamili**, da comunidade do Tupana, agradeceu às pessoas que o convidaram. Disse que não são somente os moradores em torno da BR que sofrem com os reflexos da falta de manutenção, que quem mora próximo ao rio também sofre. Ressaltou que quando se tem algum problema de saúde, por exemplo, é difícil o acesso à BR. Defendeu a repavimentação da estrada, pois melhorará a saúde, a educação e a qualidade de vida da população.

O **Dr. Rafael**, ao final da fala do Dr. Jamili, agradeceu a participação deste e passou aos encaminhamentos. Sugeriu que a próxima reunião fosse no DNIT, ocasião em que o **Dr. Carlos Eduardo** concordou. Sugeriu, também, o dia 10 de Fevereiro de 2020, ocasião em que os participantes do evento concordaram. Nesse momento, o **Dr. Kleber Bechara** disse que, depois da próxima reunião, poderá sediar o Fórum na nova instalação da SEMA.

Em continuação, o **Dr. Rafael** ressaltou que, na próxima reunião, haverá a apresentação da Casa do Rio. Disse que, no ano que vem, atualizará o relatório parcial conclusivo, que é um documento que resume o histórico do Fórum e das suas reuniões, e que tentará apresentá-lo na próxima reunião.

O **Dr. Vanildo** sugeriu que houvesse um grupo indígena, na próxima reunião, que pudesse falar sobre o processo de consulta, ocasião em que o **Dr. Rafael** ressaltou que a reunião é pública e aberta para qualquer pessoa, e que se eles viessem poderiam participar. Entretanto, caso houvesse interesse em apresentar alguma palestra, o Dr. Rafael solicitou que fosse avisado com antecedência para organizar a pauta.

O **Dr. Flávio**, em suas considerações, lamentou a ausência da FUNAI. Registrou que deveria ser intensificada a vigilância do peso das carretas que trafegam na BR-319. Relatou que há motoristas que estão dirigindo sem carteira de habilitação na BR e que isso é um reflexo da falta de fiscalização.

O **Dr. Carlos Eduardo** disse que, em reunião anterior, havia comentado com o Dr. Akis que o DNIT intensificaria, no ano de 2020, a fiscalização na BR. Ressaltou que já existe um trabalho do DNIT para estabelecer um convênio, com a PRF e com a PM, tendo por finalidade controlar e fiscalizar a BR-319. Em resposta ao Dr. Marcos, disse que os contratos estão sendo prorrogados por mais 1 ano.

Com relação à consulta, disse que o DNIT segue as orientações do Termo de Referência do órgão competente, que no caso é a FUNAI. Entretanto, ressaltou que está aberto a sugestões e possíveis reuniões para fazer algum ajuste no procedimento. Acrescentou que levará o posicionamento do titular da pasta indígena, Dr. Fernando Soave, à superintendência do DNIT.

A **Dra. Luizete Maia** observou que, há alguns anos, a interlocução ente o órgão fiscalizador ambiental e o órgão empreendedor era prejudicada. Disse que, na análise das documentações, percebia que existiam vícios elementares nos procedimentos. Comentou que, hoje, pelo avanço do Fórum, facilitou-se o diálogo e melhorou a qualidade dos procedimentos que tramitam entre os dois órgãos. Agradeceu pela oportunidade de participar do Fórum e desejou um feliz natal e um próspero ano novo.

O **Dr. Thiago**, em suas considerações finais, também agradeceu a oportunidade de participar da reunião. Ressaltou que fica feliz em ver, no Fórum, as pessoas moradoras da rodovia, dando-se voz a esse povo.

Agradeceu aos elogios, disse que é um trabalho de todos e que já é desenvolvido há algum tempo. Ressaltou que todo trabalho que é feito faz parte de um processo muito cuidadoso. Destacou que não faz sentido fazer um trabalho se as pessoas afetadas não assumirem o protagonismo dele, momento em que ressaltou que os trabalhos são conduzidos pelas pessoas que moram naquela região.

Agradeceu a todos os órgãos, e disse que, se tem um órgão que não é ausente, esse órgão é a SEMA. Ressaltou que, por mais que os órgãos federais e estaduais atuem, fica muito difícil o trabalho quando não há apoio dos órgãos municipais. Disse que há questões que devem ser resolvidas pela esfera municipal, mas que não recebem essa atenção. Ao final, desejou bom fim de ano para todos e boas festas.

O **Dr. Kleber**, em suas considerações finais, disse que essa questão da consulta aos povos indígenas pode inviabilizar a repavimentação. Lembrou que, quando foi vereador no município de Novo Airão, um órgão daquele município não conseguiu a licença para fazer a orla fluvial, pois não preencheu os requisitos estabelecidos na legislação.

Sugeriu que se crie um grupo de trabalho para discutir a intercomunicação da BR-319 e que abranja várias questões, entre elas, a sinalização da rodovia e a comunicação ao longo da estrada.

Nesse momento, o **Dr. Rafael** disse que talvez o grupo de Whatsapp possa cumprir esse papel. Sugeriu ao Dr. Kleber refinar um pouco mais essa proposta, para que possa abrir inscrições e angariar participantes. Em resposta, o Dr. Kleber concordou e disse que assim fará.

Ao final, o **Dr. Rafael** desejou um feliz natal a todos e encerrou a reunião.

IV. Encaminhamentos:

1. As palestras serão disponibilizadas aos participantes do Fórum quando for enviada a ata;
2. A próxima reunião do fórum será no DNIT, no dia 10 de fevereiro, às 09h;
3. Apresentação de uma palestra sobre a Casa do Rio;
4. Atualização do relatório parcial conclusivo do Fórum de discussões da BR-319.